



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Conselho Superior

Resolução 485/2026 - OS-CONSUP/IFBAIANO, DE 25 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, no uso das suas atribuições legais previstas no inciso §1º, do art. 5º e art. 6º, do Regimento Interno do Conselho ([Resolução nº 118/2021 – OS-CONSUP IF BAIANO](#)), considerando:

- o teor do Processo nº [23327.254419.2025-69](#); e
- as deliberações do Conselho Superior na [1ª Reunião Ordinária](#), realizada no dia 16 de abril de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a [Resolução nº 468/2026 -OS-CONSUP/IFBAIANO](#) que aprovou, *ad referendum*, o Plano de Auditoria Interna da AUDIN/2026, conforme documento anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Rodney Alves Barbosa, REITOR(A) - SUBSTITUTOC01 - RET**, em 25/04/2026 19:05:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/04/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 830960
Verificador: 0ef5676f82
Código de Autenticação:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
AUDITORIA INTERNA
Rua do Rouxinol, 115 – Bairro do Imbuí - CEP: 41.720-052 - Salvador - BA
Fone: (71) 3186-0046. E-mail: audin@ifbaiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
Baiano

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
-
PAINT/IF BAIANO 2026

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA –
SETEC

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAINT IF BAIANO 2026
ÓRGÃO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO
UNIDADE EXAMINADA: IF BAIANO/AUDIN
ORDEM DE SERVIÇO: ATIVIDADES NORMATIVAS DA AUDIN
TIPO DE AUDITORIA: GESTÃO INTERNA AUDIN
UCI: AUDIN/ IF BAIANO

MISSÃO

A missão da Auditoria Interna é prover, de forma independente e objetiva, serviços de atestação e consultoria com o intuito de adicionar valor e melhorar as operações do Instituto.

Plano Anual de Auditoria Interna

Previsto na IN CGU nº 05 de 05/08/2021, é um instrumento de planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal. A Auditoria Interna do Instituto Federal Baiano, objetivando agregar valor à gestão e atender à legislação vigente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI), apresenta o seu PAINT para o ano de exercício 2026.

INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), documento previsto na [IN CGU nº 05](#) de 05/08/2021, é um instrumento de planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal. Deve ser elaborado pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) com a finalidade de definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano. A Auditoria Interna do Instituto Federal Baiano, objetivando agregar valor à gestão e atender à legislação vigente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI), apresenta o seu PAINT para o ano de exercício 2026.

De acordo com o referencial teórico de Auditoria Governamental, a UAIG deve realizar a prévia identificação de todo o universo auditável e considerar as expectativas da alta administração e demais partes interessadas em relação à atividade de auditoria interna para a elaboração do seu planejamento. Para tal, a UAIG deve se comunicar com a alta administração, de forma a coletar informações sobre suas expectativas e obter entendimento dos principais processos e dos riscos associados, bem como os auditores internos governamentais devem considerar em seu planejamento os conhecimentos adquiridos em decorrência dos trabalhos de avaliação e consultoria realizados sobre os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão.

São princípios orientadores do PAINT a autonomia técnica, a objetividade e a harmonização com as estratégias, os objetivos e os riscos da Unidade Auditada, além do princípio da segregação de função. Vale ressaltar que não constam atribuições que vão além das limitações da AUDIN, como os que caracterizem atos de gestão, estando todas as ações previstas para serem executadas conforme os normativos internos e externos. Se guia assim pelo Manual de Orientações Técnicas Da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (emitido pela CGU); pelo Regimento Interno AUDIN IF Baiano; Instruções Normativas e legislações diversas; entre outros relacionados.

Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna considerou: a existência do planejamento estratégico; a estrutura de governança; os controles internos estabelecidos; os planos, metas, e objetivos específicos; os programas e as políticas do IF Baiano; entre outras fontes. Para coletar as informações foram realizadas reuniões, presenciais e/ou remotas, com os principais gestores da reitoria e dos *Campi*, incluindo pró reitores, coordenadores de áreas chave, servidores diversos, e os Diretores. Foram debatidos os principais riscos que cada um percebe em suas gestões, bem como a maturidade dos controles que tem à sua disposição.

Mais do que questões técnicas, foram momentos que a AUDIN disponibilizou para aproximação, escutar, dar sugestões e apresentar sua forma de atuar. A AUDIN considera em seu planejamento a busca de ações alinhadas com as metas e estratégias do IF Baiano, com ações que possam trazer reais benefícios.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	1
1.1	INSTITUTO FEDERAL BAIANO	1
1.1.1	ASPECTOS GERAIS	1
1.1.2	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2026	2
1.1.3	OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	2
1.1.4	ESTRUTURA	4
1.1.5	CURSOS OFERECIDOS	5
2	AUDITORIA DO IF BAIANO	5
2.1	APRESENTAÇÃO	5
2.2	MISSÃO E OBJETIVOS	6
2.3	UNIDADE ADMINISTRATIVA	6
2.4	RECURSOS HUMANOS	7
2.5	ELABORAÇÃO DO PAINT COM BASE NO RISCO	8
2.6	RELAÇÃO DE TEMAS OU MACROPROCESSOS A SEREM TRABALHADOS	14
2.6.1	ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	15
2.6.2	AVALIAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICA	16
2.6.3	AVALIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL DOS CAMPI	18
2.6.4	AVALIAÇÃO DA DERETORIA DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DGTI)	19
2.6.5	PARECER PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	20
2.7	OUTRAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA	21
2.7.1	MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E DA AUDITORIA INTERNA	21
2.7.2	ELABORAÇÃO PGMQ E ATUALIZAR O IA-CM)	22
2.7.3	ELABORAÇÃO DO RAIN 2025	23
2.7.4	ELABORAÇÃO DO PAINT 2027	23
2.7.5	ELABORAÇÃO DE PAPÉIS DE TRABALHO DA AUDIN	23
2.8	AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO	24
2.8.1	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS	24
2.8.2	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS	25
2.9	RESERVA TÉCNICA	26
2.10	OUTRO DIVERSOS	26
3	METODOLOGIA DE TRABALHO	27
4	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	29
5	CONCLUSÃO	30
	ANEXO 01 - RELAÇÃO DE CURSOS OFERTADOS POR CAMPUS	31

1 APRESENTAÇÃO

1.1 INSTITUTO FEDERAL BAIANO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) foi criado em 2008 e é uma instituição de Ensino Médio e Superior, focado na Educação Profissional e Tecnológica. Mediante a aprovação da lei 11.892 de 2008, as Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim, juntamente com as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARCs), foram fundidas a fim de criar o IF Baiano, com sua Reitoria instalada em Salvador.

Em 2010, ocorreu a segunda expansão da rede profissional, onde duas novas unidades foram implantadas nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. Pouco depois, em 2012, ocorreu uma nova expansão com a implantação de mais quatro campi sediados nas cidades de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

Atualmente, o IF Baiano segue uma nova expansão com a construção de quatro novos campi em andamento, previstos para entrega até o final de 2026, além de obras para consolidar e ampliar a infraestrutura das unidades já existentes, incluindo, por exemplo, a construção de bibliotecas, refeitórios e outras estruturas de Campi ainda em estruturação, além do bloco administrativo nos Campi Itaberaba e Xique-Xique. As obras dos são financiadas pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Com a conclusão dos novos campi o IF Baiano passará a contar com um total de 18 Campi, além da Reitoria, Centros de Referência, e polos de EAD em diversas localidades do estado da Bahia.

Com as expansões em andamento e a ampliação dos polos de EAD, o IF Baiano consolida sua ampla presença no Estado da Bahia, fortalecendo a proposta de levar alternativas às demandas da comunidade, através de ensino, pesquisa e extensão, articulando-se com o mundo do trabalho. Assim, egressos do Ensino Fundamental, Médio ou Superior têm a possibilidade de estudar no Instituto através de cursos técnicos – Integrados, Subsequentes (presenciais e EaD), Proeja – de graduação e pós-graduação ou ainda fazer cursos de capacitação ofertados, através de Programas de Extensão.

1.1.1 ASPECTOS GERAIS

O IF Baiano está vinculado ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e foi instituído pela Lei 11.892/2008. Contempla 14 (quatorze) Campi em operação (Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Uruçuca, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Valença, Governador Mangabeira, Serrinha, Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique) e 4(quatro) em construção (Remanso, Rui Barbosa, Santo Estevão, Ribeira do Pombal), com previsão de entrega e início das operações durante o ano de 2026, totalizando 18

unidades. Possui ainda sua sede administrativa na Reitoria e da Unidade Administrativa João Batista, ambas situadas em Salvador, além de polos de EaD espalhados pela Bahia.

1.1.2 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 202

A proposta orçamentária do IF Baiano para o ano de 2026 contempla os seguintes valores por programa e ação de governo (Quadro 01):

Quadro 01: Previsão orçamentária 2026

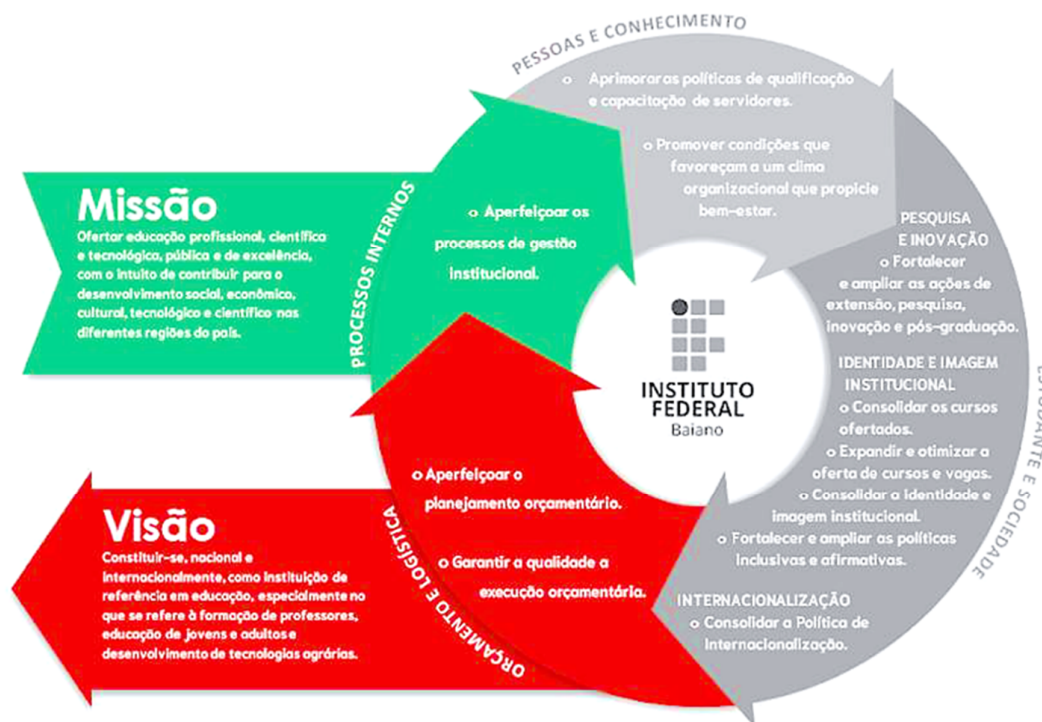
Órgão: 26000 - Ministério da Educação				R\$ 1,00				
Unidade: 26404 - Instituto Federal Baiano								
Quadro Síntese			Recursos de Todas as Fontes					
Código / Especificação	Lei+Créditos 2024	Empenhado 2024	PLO 2025	LOA 2025	PLO 2026			
Total	445.558.084	442.454.682	445.007.424	442.109.088	545.142.609			
Programa								
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	375.505.593	372.941.889	378.158.131	378.158.131	471.180.256			
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.000		13.000	13.000	14.651			
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	72.958	72.958	77.669	77.669	88.657			
5112 Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	69.966.533	69.439.835	66.758.624	63.860.288	73.859.045			
Função								
09 Previdência Social	17.318.839	17.033.408	17.031.723	17.031.723	21.120.815			
12 Educação	428.153.287	425.348.317	427.885.032	424.986.696	523.918.486			
28 Encargos Especiais	85.958	72.958	90.669	90.669	103.308			
Subfunção								
122 Administração Geral	150.000	118.714	150.000	150.000	150.000			
128 Formação de Recursos Humanos	500.000	498.750	700.000	700.000	700.000			
272 Previdência do Regime Estatutário	17.318.839	17.033.408	17.031.723	17.031.723	21.120.815			
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	28.838.268	28.505.787	31.263.148	31.263.148	33.105.318			
363 Ensino Profissional	345.875.782	343.933.017	343.702.581	340.804.245	428.176.556			
846 Outros Encargos Especiais	52.875.195	52.365.006	52.159.972	52.159.972	61.889.920			
Grupo de Despesa								
1 Pessoal e Encargos Sociais	346.030.325	343.818.638	346.057.983	346.057.983	437.239.589			
3 Outras Despesas Correntes	96.827.788	95.937.212	97.934.441	94.736.105	106.688.020			
4 Investimentos	2.699.971	2.698.833	1.015.000	1.315.000	1.215.000			
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	416.118.774		106.007.331	1.215.000				523.341.105
1050			680.689					680.689
1056	21.120.815							21.120.815
Total	437.239.589		106.688.020	1.215.000				545.142.609

Fonte: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2026/ploa/volume5ploa2026.pdf>

1.1.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos institucionais são apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano. Em 2021 foi aprovado o [PDI 2021-2025 do IF Baiano](#) através da [Resolução 117/2021 - OS-CONSUP/IFBAIANO](#), de 23 de Fevereiro de 2021.

Figura 01: Mapa estratégico do IF Baiano 2021–2025



Fonte: PDI, 2020. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/02/PDI-2021-2025-antes-da-diagramacao-final.pdf>

Segundo o documento, os objetivos institucionais que correspondem aos temas estratégicos (assuntos diretamente relacionados à missão da instituição) levantados junto a consultas às comunidades interna e externa:

- **EIXO - ESTUDANTE E SOCIEDADE:**
 - Consolidar os cursos ofertados mediante avaliação, qualificação e fortalecimento das tecnologias de informação e comunicação;
 - Expandir e otimizar a oferta de cursos e de vagas;
 - Consolidar a identidade e a imagem institucionais;
 - Fortalecer e ampliar as políticas inclusivas e afirmativas;
 - Fortalecer e ampliar as ações de extensão, de pesquisa, de inovação e de pós-graduação;
 - Consolidar a política de internacionalização.
- **EIXO - PROCESSOS INTERNOS:**
 - Aperfeiçoar os processos de gestão institucional.
- **EIXO - PESSOAS E CONHECIMENTOS:**
 - Aprimorar as políticas de capacitação e de qualificação dos(as) servidores(as);
 - Promover condições que favoreçam um clima organizacional que propicie o bem-estar.

➤ EIXO - ORÇAMENTO E LOGÍSTICA:

- Aperfeiçoar o planejamento orçamentário;
- Garantir a qualidade da execução orçamentária.

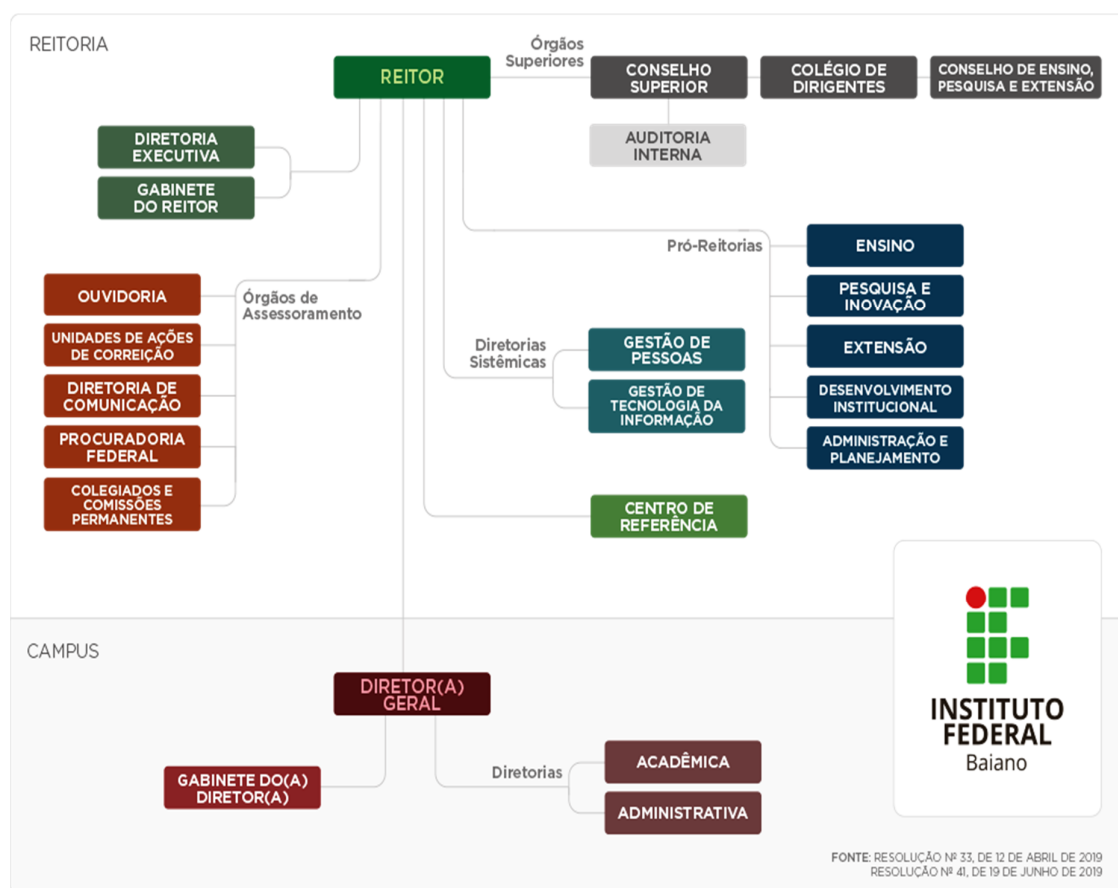
O mapa estratégico é composto pelos objetivos estratégicos e pelos indicadores. Os objetivos buscam traduzir os temas estratégicos, com enfoque nos respectivos resultados esperados.

Já os indicadores são dados que permitem representar de forma quantitativa o desempenho das atividades estratégicas da instituição, além de avaliar se a atividade está produzindo o resultado esperado.

1.1.4 ESTRUTURA

A estrutura organizacional do IF Baiano em que se desenvolvem suas atividades e que subsidiará os trabalhos da auditoria encontra-se representada no organograma institucional (Quadro 02).

Quadro 02: Organograma IF Baiano



Fonte: <https://ifbaiano.edu.br/porta/organograma/>

Nessa estrutura, a Auditoria é vista como um órgão de CI vinculado ao CONSUP. Submete-se à orientação normativa e supervisão técnica do SCI do poder Executivo Federal. Sua atuação estende-se por todos os serviços, programas, operações e controles existentes no IF Baiano.

1.1.5 CURSOS OFERECIDOS

O IF Baiano oferta, distribuídos entre seus Campi, cursos de educação profissional técnica de nível médio e superior. São cursos na modalidade: técnico integrado ao Ensino Médio, incluindo o PROEJA; subsequentes ao Ensino Médio de forma presencial e em Ensino a Distância (EAD); Licenciatura e Bacharelado. As relação de cursos por Campi estão dispostos no anexo I deste relatório.

2 AUDITORIA INTERNA DO IF BAIANO

Para compreender AUDIN e sua atuação, segue apresenta sua missão, objetivos, a unidade administrativa e os recursos humanos a disposição.

2.1 APRESENTAÇÃO

A AUDIN é o órgão técnico de CI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, estando vinculado ao Conselho Superior ([Resolução nº 17/2015 - CONSUP/IF BAIANO](#)). Além disso, a unidade é reconhecida como órgão central do Sistema de Controle Interno do IF Baiano. Sem prejuízo de sua vinculação, a AUDIN submete-se à orientação normativa e supervisão técnica do SCI do PEF e é responsável por fiscalizar e racionalizar as ações de apoio aos órgãos do SCI do Poder Executivo Federal e ao TCU, respeitada a legislação pertinente.

A Auditoria Interna Governamental tem se reformulado em sua atuação, onde o SCI vem abrindo caminhos para a atuação em consultorias e atividades diversas, requeridas quando necessário. Existe ainda o implemento de normativos quanto a contabilização de benefícios gerados, o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), o IA-CM, entre outras demandas para a gestão da AUDIN. Essas mudanças procuram colocar os trabalhos da auditoria como apoio para a tomadas de decisões da alta gestão, fornecendo orientações técnicas, ainda que dentro de suas limitações.

O planejamento aqui apresentado utiliza critérios de atuação já previstos no Regimento Interno da AUDIN, de modo a se manter o mais próximo possível do que se espera de sua atuação. Durante a execução das ações previstas os procedimentos poderão ser revistos caso alguma modificação no documento final implique em choque relevante com o planejado, podendo serem incluídas ou excluídas ações, caso necessário.

2.2 MISSÃO E OBJETIVOS

A missão da Auditoria Interna é prover, de forma independente e objetiva, serviços de atestação e consultoria com o intuito de adicionar valor e melhorar as operações do Instituto.

Os seus principais objetivos se circunscrevem a:

- i. Avaliar os atos de gestão administrativa, contábil, orçamentária, financeira, de material, patrimonial, operacional e de pessoal, observando o fiel cumprimento às leis, normas e regulamentos;
- ii. Assegurar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- iii. Acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
- iv. Examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do IF Baiano e tomada de contas especiais, conforme Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União;
- v. Determinar se os controles internos, a gestão de riscos e a governança da organização estão funcionando de forma a garantir que:
 - Os riscos são adequadamente identificados e administrados;
 - A interação entre os diversos grupos responsáveis pela governança ocorre quando necessário;
 - A informação operacional, gerencial, financeira é acurada, confiável e tempestiva;
 - Os atos dos servidores estão em conformidade com políticas, padrões, procedimentos, leis e regulamentação aplicáveis;
 - A interação da organização com terceiros, inclusive fornecedores, está em conformidade com políticas, padrões, procedimentos, leis e regulamentação aplicáveis;
 - Os recursos (ativos) são adquiridos com economicidade, utilizados eficientemente e protegidos adequadamente.

2.3 UNIDADE ADMINISTRATIVA

A Auditoria Interna é constituída por 01 (uma) unidade administrativa, sendo localizada na Reitoria do IF Baiano, funcionando no seguinte endereço: Rua do Rouxinol, nº 115 – Bairro: Imbuí – Salvador/BA, CEP: 41.720-052, e-mail: audin@ifbaiano.edu.br.

Os trabalhos de Auditoria em 2026 deverão ser desenvolvidos na sede da Reitoria e nos *Campi* que integram o Instituto e terão pontos de similaridade com as exercidas pelos Órgãos integrantes do SCI do Poder Executivo Federal. Podem ainda

ser desenvolvidos conjuntamente e em parceria com outras unidades de auditoria de Instituições Federais de Ensino do MEC, mediante ação coletiva de auditoria, em compartilhamento com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (MT/CGU), visando oferecer um resultado de nível nacional, estadual ou regional, ou através de ações especiais de controle solicitadas pelo CONSUP.

2.4 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS NA AUDIN

A estrutura da Auditoria Interna do IF Baiano em 2026 será composta de 2 (dois) servidores a disposição, conforme Quadro 03:

Quadro 03: Equipe AUDIN para 2026

AUDITOR	FUNÇÃO	INGRESSO	FORMAÇÃO
João Vitor M. de Menezes	Chefe de Auditoria	28.07.2016	- Bacharel em Contabilidade; - Graduado em Administração com ênfase em Recursos Humanos; - Especialização em Administração e Gestão de Negócios ; - Mestre em EPT.
Guilherme P. de Oliveira Galheigo	Auditor	13.01.2010	- Bacharel em Economia; - Especialização em Eng. Econômica de Negócios. - Mestre em EPT.

Fonte: registros da AUDIN

Destaca-se que um dos auditores se encontrava em 2025 com licença integral para cursar Mestrado Profissional em EPT, através do programa PROFEPT, ministrado pelo IF Baiano, Campus Catu, com dispensa até 30/09/2025. A AUDIN considerou que o mesmo teve 154 dias de afastamento, ou 1.232 horas de capacitação.

Com a força atual, considerando uma jornada de 8 horas diárias, e uma previsão de 250 dias de trabalho para 2026, se prevê para cada auditor 1.720 horas de trabalho (descontando férias, finais de semana e feriados), ou 3.440 horas para a AUDIN como um todo, conforme Quadro 04 abaixo:

Quadro 04: Homem hora disponível na AUDIN

	2025	2026	Variação
Somatório dos dias úteis no ano	246	250	4
Dedução das férias	(30)	(30)	-
Dias efetivos de trabalho	216	220	4
08 horas/dia * 2 servidores	16	16	-
Carga horária a disposição	3.456	3.520	64
(-) Horas Licença Capacitação	(1.232)	-	1.232
(-) Horas capacitação continua	-	(80)	(80)
Carga horária AUDIN	2.224	3.440	1.256

Fonte: AUDIN

A força de trabalho disponível para o período indica a necessidade de novos servidores de carreira na auditoria para atender aos novos processos que vêm sendo abarcados pela atividade de auditoria interna. Essa situação vem sendo reportada nos últimos anos, destacando-se as limitações que a AUDIN enfrenta para atender a todas as demandas desejadas para o cenário que o IF Baiano se encontra. Entre elas, se destaca a quantidade de Campus para avaliar (atualmente 14 com expansão de mais 4, totalizando 18 para até o fim de 2026), ou pelo aumento das demandas que a AUDIN passa a ser exigida (a exemplo de serviços de consultoria, Contabilização de Benefícios, Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade).

Para 2026 ainda não há perspectiva de alterações no quantitativo de auditores disponível. Ressalta-se que é uma força de trabalho insuficiente para atender a todas as necessidades e demandas que a Auditoria Interna necessita atender. Como forma de reduzir este impacto, a AUDIN considera em seu planejamento as ações avaliadas como de maior risco e/ou com maior capacidade de trazer retornos positivos para o âmbito do IF Baiano, ainda que ações consideradas de grande importância não consigam ser atendidas no ano planejado. Não obstante, a AUDIN seguirá acompanhando todas as situações podendo ser incluídas novas ações, ou eliminadas outras, ainda durante o ano de execução das aqui planejadas, conforme a evolução dos riscos envolvidos e da disponibilidade de horas da equipe AUDIN.

2.5 ELABORAÇÃO DO PAINT COM BASE NO RISCO

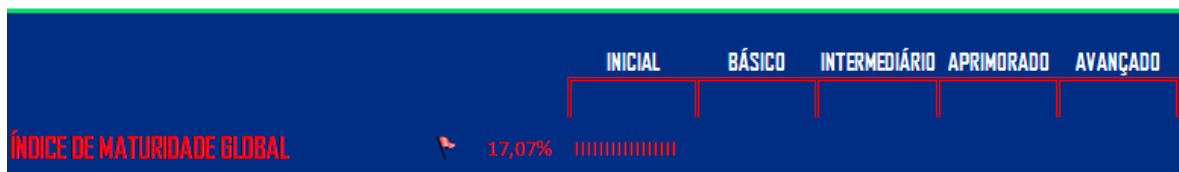
A AUDIN utiliza de uma Auditoria Baseada em Riscos (ABR) como metodologia para direcionar os processos que planeja executar de acordo com os riscos identificados no IF Baiano. Essa metodologia se diferencia de outras abordagens por priorizar as áreas com maior potencial de risco. Se objetiva garantir que os processos de gestão de riscos estão funcionando conforme o planejado. Para isso, a auditoria se concentra nos riscos que podem comprometer os objetivos do negócio, como os objetivos estratégicos e específicos.

Para o estabelecimento e priorização das ações de auditoria foi elaborada a matriz de risco baseada em avaliação de Controles Internos (CI) em cada macroprocesso, considerando a inexistência de processo de implementação da política de Gestão de Riscos (GR) aprovada pelo CONSUP. Esta avaliação se deu com realização de entrevistas aos diversos gestores do IF Baiano e aplicação de questionários de avaliação de controles internos (QACI). Nesse sentido, o PAINT está aderente ao que preconiza a [IN CGU nº 05 SFCI/CGU](#).

Utilizou-se ainda de avaliação realizada pela AUDIN em 2022, e que vem sendo acompanhada nos ciclos 2023 a 2025, onde se identifica que o IF Baiano apresenta um índice de maturidade global da gestão de riscos, obtido pela média ponderada dos índices de maturidade das dimensões (IMD), de 17,07%. A classificação do nível de maturidade da gestão de riscos da Instituição é inicial (Quadro 05, com base na Tabela 01). Se planeja atualizar dessa avaliação, porém a percepção da AUDIN durante o

desenvolvimento dos trabalhos que executou entre 2023 e 2025 é de pouca evolução desse índice, sendo mantida para o planejamento de 2026.

Quadro 05: Índice de maturidade global da gestão de riscos, obtido pela média ponderada dos índices de maturidade das dimensões (IMD).



FONTE: Relatório Final de Auditoria Nº 02/2022

Tabela 2 – Referência para classificação do nível de maturidade

Índice de maturidade apurado	Nível de maturidade
De 0% a 20%	Inicial
De 20,1% a 40%	Básico
De 40,1% a 60%	Intermediário
De 60,1% a 80%	Aprimorado
De 80,1% a 100%	Avançado

Fonte: Roteiro de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos (2018)

O Quadro 05 abaixo foi utilizado como base para avaliação do Nível de Maturidade da Gestão de Riscos (GR) como critério na definição do Planejamento da AUDIN.

Quadro 05: Nível de Maturidade da GR x Planejamento da Auditoria Interna

ESCORE	GESTÃO DE RISCOS	CADASTRO DE RISCOS	ESTRATÉGIA
Inexistente (1)	Inexistência de processo de implementação da política de gestão de riscos aprovada pelo CONSUP.	A AUDIN utiliza método de planejamento alternativo, por exemplo, baseado em fatores de riscos ou a partir de riscos identificados pela própria AUDIN.	Avaliação dos processos de controle com o objetivo de verificar se estão funcionando de acordo com os padrões estabelecidos e contribuindo para o alcance dos objetivos.
Incipiente (2)	Existência de processo de implementação da política de Gestão de riscos aprovada pelo CONSUP ou processo de gestão de riscos incipiente.		Ações de sensibilização e/ou trabalhos de consultoria voltados para a promoção e a indução de práticas de gestão de riscos e controles internos.
Esporádico (3)	Processo de GR realizado de maneira informal e esporádica em algumas áreas relevantes para os principais objetivos/ processos da Unidade.		

Básico (4)	Processo de grrealizada de acordo com normas e padrões definidos em áreas relevantes para os principais objetivos/processos.	A AUDIN utiliza o cadastro de riscos da Unidade Auditada,se julgá-lo confiável.	Avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos e das medidas adotadas pela administração como respostas a riscos.
Aprimorado (5)	Processo de GR realizado de acordo com normas e padrões definidos na maior parte das áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.		
Avançado (6)	Processo de GR realizado de acordo com as normas e padrões definidos em todas as áreas relevantes para os principais objetivos/ processos da Unidade.		
Adaptação: Quadro 2 do Manual de orientações técnicas da atividade de Auditoria Interna governamental do Poder Executivo Federal – CGU e Tabela 7.1 do Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos - TCU.			

Ademais, a relação de trabalhos a serem realizados ou macroprocessos ou temas a serem avaliados foi definida considerando fatores como:

- a. Demanda interna de auditoria;
- b. Pessoal lotado na auditoria;
- c. Recomendações da CGU/TCU;
- d. Materialidade baseada na execução do exercício anterior ao planejado;
- e. Identificação dos principais processos com Gestores e seus riscos associados;
- f. Reincidências de inconformidades apontadas pela Auditoria Interna;
- g. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) [referente ao ciclo 2021-2025](#);

Para mensurar o impacto e a probabilidade de risco, foram estabelecidas algumas variáveis, assim consideradas (Conab, 2008):

- A **materialidade** (Quadro 06): referindo-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade organizacional, sistema, área, processo de trabalho, programa de governo ou ação). – A partir desta variável foram levantados programas e ações com maior volume de recursos previstos no orçamento do período planejado;
- A **relevância** (Quadro 07): significando a importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade organizacional, existentes em um dado contexto. – A partir desta variável

foram identificados temas que possuem relação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e grau de relevância para atingir os objetivos e metas do Instituto;

- A **criticidade** (Quadro 08): representada pelo quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado, identificadas em uma determinada unidade organizacional ou programa de governo. A partir desta variável foram analisados temas que ainda não foram objeto de auditoria, ou que em auditorias realizadas anteriormente, foram identificadas fragilidades e inconsistências nos controles internos.
- O **nível de controles internos** (Quadro 09): referente a forma que os Controles Internos são geridos por cada gestor.
- A **estimativa das probabilidades de ocorrência de situações indesejadas** (Quadro 10): situações que se ocorridas podem impactar significativamente nas atuações de cada gestor avaliado.

Ademais, para realizar o diagnóstico foram disponibilizados horários para reuniões com a alta gestão do IF Baiano, Diretores dos Campi e suas equipes, e demais interessados. Essas variáveis foram pontuadas e o resultado final segue apresentado no Quadro 11 abaixo:

Quadro 06: Materialidade

Pontos	Critérios de Classificação
5	Volume de recursos até R\$ 100 mil
10	R\$ 100 mil < Volume de recursos < R\$ 1 milhão
15	R\$ 1 milhão < Volume de recursos < R\$ 10 milhões
20	R\$ 10 milhões < Volume de recursos < R\$ 50 milhões
25	Volume de recursos acima de R\$ 50 milhões

Quadro 07: Relevância

Pontos	Critérios de Classificação
0	Irrelevante
5	Baixa
10	Média
15	Alta
20	Muito alta
30	Estratégico

Quadro 08: Criticidade

Pontos	Critérios de Classificação
1	A área foi auditada nos últimos 6 meses
2	A área foi auditada no intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses
3	Área Foi Auditada Intervalo De 12(doze) a 24(doze) meses
4	A área foi auditada há mais de 2 (dois) anos
5	Nunca

Quadro 09: Nível de Controles Internos

Pontos	Critérios de Classificação
0	Adequados
5	Satisfatórios
10	Razoáveis

15	Frágeis
20	Muito Frágeis

Quadro 10: Estimativa das probabilidades de ocorrência se situações indesejadas

Pontos	CrITÉrios de Classificação
0	Baixa probabilidade e baixo impacto
5	Alta probabilidade e baixo impacto
10	Baixa probabilidade e alto impacto
15	Alta probabilidade e alto impacto

Quadro 11: Diagnóstico Preliminar de exposição ao risco.

Tema ou macroprocesso	Materialidade (A)	Relevância (B)	Criticidade (C)	Controles Internos (D)	Impacto (E) = (A+B+C+D)	Probabilidade (F)	Resultado (ExF)
Gestão de recursos humanos							
CODPE (DGP)	10	10	5	5	30	10	300
COAPE (DGP)	25	10	4	10	49	10	490
COASQ (DGP)	10	10	5	10	35	10	350
Média							380
Gestão Acadêmica							
Pro- Reitoria de Ensino	10	15	4	15	44	10	410
Pró-Reitoria de Extensão	10	15	4	15	44	10	410
Pró-Reitoria de Pesquisa	10	15	4	15	44	10	440
Média							420
Desenvolvimento Institucional - PRODIN	10	15	1	10	36	10	360
Gestão de recursos – Patrimônio/Licitações/Contratos/PROPLAN	20	10	1	10	41	10	410
Gestão Financeira e Orçamentária – DORC/PROPLAN	25	10	1	5	41	10	410

Gestão de Tecnologia da Informação - DGTI	5	15	5	10	35	10	350
Avaliar plano de Integridade	15	10	5	10	40	10	400
Ouvidoria	5	15	1	15	36	10	360
Monitoramento recomendações e determinações dos órgãos de controle		Ação contínua			40*	15*	600*
Avaliação da GR e CI		Ação contínua			40*	15*	600*
Avaliação da Gestão Operacional - Campi	25	20	5	10	60	10	600
Média							471

* Valor arbitrado pela AUDIN diante da obrigação legal destas ações e sua alta relevância para o sucesso das atividades de auditoria interna.

Estabelecido o risco com base nas variáveis elencadas, o resultado foi transportado para a Matriz de Risco elaborada, respeitando os critérios aqui listados:

Quadro 13: Matriz de Riscos

Matriz de Riscos						
3	Elevada (10%<y<15%)		Acompanhamento da gestão de recursos financeiros	Avaliar Integridade		
			Avaliação da Gestão Acadêmica - Ensino, Pesquisa e Extensão	Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional		
			Acompanhamento da Gestão de recursos humanos – CODPE/COASQ	Avaliação da Gestão Operacional Macroprocessos - Campi		
				Monitoramento da Implementação das Recomendações e Determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo		
				Avaliação da GR e		

				CI		
2	Provável (5%<y<10%)		Avaliação da Gestão de Recursos Humanos Avaliação da Gestão de TI - DGTI Avaliação da atuação da Ouvidoria	Acompanhamento da Gestão de recursos humanos - COAPE (DGP) Acompanhamento da Gestão Financeira e Orçamentária – DORC/PROPLAN Acompanhamentos da gestão de recursos – Patrimônio/Licitações/Contratos/PRO PLAN		
1	Remota (0%<y<5%)					
Probabilidade		Insignificante (0<x<200)	Leve (201<x<400)	Alta (401<x<600)	Muito alta (601<x<800)	Catastrófico (801<x)
		Impacto – materialidade, relevância e criticidade				
Nível de Tratamento						
Alta prioridade de avaliação						
Média prioridade de avaliação						
Baixa prioridade de avaliação						
Muito baixa prioridade de avaliação						

Considerando o exposto e observando que existe um relacionamento direto entre os objetivos pelos quais o IF Baiano se empenha em alcançar e os componentes do gerenciamento de riscos, foram priorizadas com base nos temas definidos na Matriz de Riscos acima, ações para serem objeto de auditoria no exercício de 2026.

2.6 RELAÇÃO DOS MACROPROCESSOS OU TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS

O desenvolvimento das atividades de auditoria previstas para 2026 ocorrerá de acordo com a capacidade operacional da AUDIN e considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos.

Conforme apontado no item “2.4 Recursos Humanos AUDIN” deste relatório, a força de trabalho da AUDIN conta com 2 (dois) servidores ativos e um a disposição

de outros setores, sem atuação na AUDIN. Não há perspectiva de novas vagas ou alterações relevantes no quantitativo de homens/hora disponível. Diante desse cenário e com a força atual, se prevê **3.440 horas** de serviço para realizar as ações planejadas, descontadas 80 horas para capacitações (ver item 2.8 Ações de capacitação).

As ações propostas se baseiam na avaliação de riscos, criticidade, materialidade, e na disponibilidade de horas que a AUDIN tem à disposição para sua execução.

2.6.1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O IF Baiano enfrenta um cenário onde os recursos financeiros a disposição tem se mostrado insuficientes, fato recorrente desde 2018. Ademais são frequentes cortes orçamentários sem aviso prévio, não permitindo um replanejamento financeiro a tempo. Como consequência, há dificuldades em atender a todas as demandas e obrigações financeiras estabelecidas, dificultando um planejamento e cronograma de execuções dentro das estratégias pretendidas. Há o risco quanto a incapacidade de execução de todos os gastos planejados, podendo inclusive comprometer a operacionalidade de alguns cursos, campi, e até mesmo do IF Baiano como um todo.

Nos trabalhos da AUDIN, é recorrente ser apontada pelos Diretores e pró-reitores, a questão do orçamento e o gargalo que representa para a execução de ações, muitas vezes básicas para garantir a operacionalidade dos Campi. Seja pelos recursos escassos, ou pela forma que os cortes ocorrem, o planejamento de contratações, aquisições, bem como a execução de ações previstas, ficam comprometidos. Estes fatores indicam que a execução orçamentária é uma questão sensível e que os riscos envolvidos podem trazer consequências relevantes.

A Auditoria Interna tem o papel de desenvolver ações que busquem identificar os CI, as avaliações formais de riscos, a forma como os gestores orientam suas equipes para os processos desenvolvidos, bem como as demais questões envolvidas. Como resultado, se espera proporcionar benefícios que reflitam no uso estratégico e consciente dos recursos financeiros a disposição.

- Escopo:
 - i. Acompanhamento e avaliação de procedimentos selecionados da execução orçamentária.
 - ii. Verificação documental, observando a conformidade com a legislação e normativos vigentes.
 - iii. Verificação do controle na execução do Plano Anual de Aquisições.
 - iv. Demais questões relacionadas.
- Origem da demanda: Auditoria Interna
- Objetivos: Verificar a conformidade dos processos licitatórios com as normas legais vigentes, a pertinência da realização de inexigibilidades e dispensas de licitação e acompanhar a realização de obras de expansão e reformas dos Campi.
- Local: *Campus*/ Auditoria Interna/ Pró Reitoria de Administração e Planejamento.
- Recursos Humanos: **350 horas**.

- Cronograma: durante avaliação de 2 ou mais campi, calendário a definir, entre março a novembro/2026.
- Avaliação sumária do risco:
 - i. Incertezas orçamentárias: a demora na aprovação do orçamento do Governo Federal, gerando incertezas quanto a valores a receber e quando estarão disponíveis tem sido grande obstáculo para um bom planejamento de como serão aplicados os recursos.
 - ii. Não conformidade com legislação atualizada: a legislação relacionada a licitações e demais associadas tem sofrido alterações nos últimos anos.
 - iii. Não atendimento aos limites de valor por modalidade de licitação, contratações diretas por dispensa de licitação sem pesquisa de mercado, aderir à ata de registro de preços sem consultar os preços praticados pelo mercado.

2.6.2 AVALIAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICA

Os diálogos com as direções acadêmicas dos Campi, bem como com a PROEN, PROPEX, e PROEX, indicam alguns obstáculos na operacionalidade dos cursos e propostas educativas do IF Baiano. Se identifica que a evasão elevada é um problema histórico em muitas situações. Observa-se ainda a assistência estudantil tem dificuldades de atender a todas as demandas.

Ademais, a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), ligada a estrutura da PROEN, é diretamente associada com a atividade fim do IF Baiano em prestar serviços educacionais, o que já coloca as ações da AUDIN nessa área como altamente relevantes. Durante os trabalhos de avaliação operacional dos Campi, desenvolvidos pela AUDIN nos últimos ciclos, se observa que é a DAE dos Campis enfrentam problemas como: a falta de recursos financeiros em montante suficientes para atender a todos os alunos que necessitam de algum auxílio; insuficiência de servidores nos Campi para atender a demanda dos processos e alta da rotatividade dos disponíveis; fluxos de processos desenhados sem formalidade ou desconexos; outros.

A AUDIN observa ainda ausência de indicadores próprios dos Campi que reflitam numa tomada de decisões estratégicas. Usualmente são observados as metas do PDI do IF Baiano, mas poucos os utilizam para o acompanhamento e tomada de decisões estratégicas, ou trazem reflexos nos relatórios gerenciais produzidos. Os Campi citam dificuldades em estabelecer os valores a serem utilizados, os calendários acadêmicos têm datas de início e fim que variam, os procedimentos em geral não são formalmente estabelecidos e desenhados junto as equipes, entre outros fatores que pedem uma atenção mais detalhada para melhor compreendê-los e sugerir recomendações de auditoria pertinentes.

A AUDIN identifica que tais situações trazem riscos, geralmente não monitorados, havendo trabalhos de auditoria a serem desenvolvidos nessas áreas contatando-se. O escopo abaixo são possibilidades de atuações nesse sentido.

- Escopo:
 - i. Verificação da demanda de cursos ofertada nos Campi.
 - ii. Verificação da existência de ações para redução da evasão e retenção de estudantes.
 - iii. Observar a conformidade de estudos preliminares para implantação de novos cursos.
 - iv. Verificar a regularidade dos programas de assistência estudantil, observando a existência de controles implementados para execução e acompanhamento desta política.
 - v. Avaliação da gestão e dos resultados de atividades de pesquisa e extensão, de acordo com as diretrizes estabelecidas na lei de criação dos Institutos Federais e planejamento estratégico institucional.
 - vi. Demais questões relacionadas.
- Origem da demanda: Auditoria Interna.
- Objetivos:
 - i. Avaliar os processos de criação e avaliação dos cursos existentes e de criação de cursos novos;
 - ii. Avaliar se a atuação da assistência estudantil;
 - iii. Avaliar a existência de ações de pesquisa e extensão;
 - iv. Avaliar aproveitamento da força de trabalho, a existência de planejamento para implantação de novos cursos e utilização eficaz de ferramentas de gestão.
 - v. Verificar o atendimento à legislação atual referente à educação profissional e tecnológica.
- Local: Auditoria Interna/Campus.
- Recursos Humanos: **400 horas**.
- Cronograma: durante avaliação de 2 ou mais campi, calendário a definir, entre março a novembro/2026.
- Análise sumária do risco:
 - i. Não atingir seu objetivo estratégico;
 - ii. Ausência ou insuficiência de estudos preliminares suficientes para implementação de cursos.
 - iii. Ineficiência das ações para redução da evasão escolar.
 - iv. Projeto Pedagógico de Curso não elaborado, não executado, ou executado em desacordo.
 - v. Egressos fora do mercado de trabalho, cursos distantes da realidade do mercado.
 - vi. Política de Assistência Estudantil que não atende aos objetivos pretendidos ou sendo aplicados em desacordo com sua finalidade.
 - vii. Atividades de pesquisa e extensão em desacordo com os propósitos e princípios estabelecidos no Estatuto do IF Baiano, ou desalinhado com as estratégias.

2.6.3 AVALIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL DOS CAMPI

O principal objetivo dessa avaliação é identificar situações que possam impactar na operacionalidade dos Campi, com foco foi nos controles internos, gestão de riscos, e questões operacionais relevantes para cada cenário. A equipe da AUDIN planeja responder questões de auditoria e, com base nessas, foi definido o escopo dos trabalhos que poderão ser desenvolvidos. Ao longo do desenvolvimento, se espera que novos exames sejam adicionados ao planejamento inicial, conforme necessário para a adequada avaliação.

Ressalta-se que o IF Baiano dispõe de 14 Campi, e atualmente há mais 4 novos em construção, o que totaliza 18 Campi. Por outro lado, a equipe AUDIN dispõe de apenas 02 servidores atuando no setor, e não há disponibilidade de horas para avaliar todos no mesmo período planejado. Diante das possibilidades, se almeja avaliar ao menos 2 Campi por ano, considerando fatores como: tempo sem auditar, complexidade e riscos associados, situações relatadas na Ouvidoria, entre outros.

- Escopo:
 - i. Avaliar a estrutura operacional dos Campi, considerando a existência de estrutura mínima de funcionamento nas áreas administrativa e educacional;
 - ii. Avaliar suficiência do corpo docente, técnico-administrativo;
 - iii. Avaliar a suficiência de insumos e equipamentos para aulas práticas;
 - iv. Avaliar serviços de limpeza e vigilância, estrutura e funcionamento dos setores administrativo e acadêmico;
 - v. Verificar situações críticas à gestão do Campus.
- Origem da demanda: Auditoria Interna.
- Objetivos: indicar adequações e melhorias no processo de gestão operacional das unidades do IF Baiano.
- Local: Reitoria e Campi.
- Recursos Humanos: **500 horas**.
- Cronograma: durante avaliação de 2 ou mais campi, calendário a definir, entre março a novembro/2026.
- Análise sumária do risco: Considerando o alto impacto identificado na matriz de riscos em relação à ação “Avaliação da Gestão Operacional Macroprocessos - Campi” os principais eventos indesejáveis são:
 - i. Falta de um Regimento Interno, ou em desacordo;
 - ii. Falta de estrutura mínima de funcionamento comprometendo a qualidade dos serviços educacionais.
 - iii. Falta de pessoas técnico em quantitativo adequado e/ou devidamente capacitados para as atividades que executa;
 - iv. Falhas na formalização dos processos administrativos,
 - v. Falhas na execução dos contratos administrativos por fragilidades na fiscalização e acompanhamento.
 - vi. Ausências de segregação de funções.

- vii. Desconformidades no atendimento à normativas vigentes em relação a contratos terceirizados, problemas de engenharia na estrutura dos Campi.
- viii. Subutilização da estrutura física dos Campi bem como a falta de adequação da estrutura física para as atividades acadêmica e administrativa.
- ix. Gestão antieconômica dos recursos financeiros como falta de análise e seleção de projetos utilizando-se o estudo de viabilidade técnica e econômica.
- x. Estrutura insuficiente de funcionamento de atividades-chave nas áreas acadêmica e administrativa bem falta de capacitação para desempenho dessas atividades.

2.6.4 AVALIAÇÃO DA DERETORIA DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DGTI)

A ação abrange os principais processos e controles relacionados à gestão de tecnologia da informação do IF Baiano, incluindo

- Escopo: O objetivo dessa ação abrange os principais processos e controles relacionados à gestão de tecnologia da informação do IF Baiano, incluindo:
 - i. Governança de TI: estrutura normativa, planejamento estratégico de TI, conformidade com PDTI, monitoramento de resultados e indicadores.
 - ii. Gestão de infraestrutura e serviços de TI: disponibilidade, continuidade, controle de ativos, suporte técnico, gestão de incidentes e problemas.
 - iii. Segurança da Informação: políticas, mecanismos de controle de acesso, gestão de vulnerabilidades, backup e recuperação, capacitação dos usuários.
 - iv. Gestão de sistemas e desenvolvimento: integridade e disponibilidade dos sistemas institucionais, gestão de mudanças, interoperabilidade e conformidade normativa (dados, privacidade e LGPD).
 - v. Atendimento às unidades do IF Baiano: distribuição de recursos, suporte, padrões de comunicação, alinhamento entre DGTI e campi.
 - vi. O escopo pode ser ajustado de acordo com riscos priorizados e recursos disponíveis.
- Origem da demanda: Auditoria Interna.
- Objetivos:
 - i. Avaliar a adequação, eficiência, eficácia e conformidade dos processos de gestão de tecnologia da informação no IF Baiano, identificando fragilidades, riscos e oportunidades de melhoria que impactem os serviços administrativos, acadêmicos e a continuidade organizacional.
 - ii. Verificar se a governança de TI está alinhada ao planejamento institucional e aos princípios de gestão pública.
 - iii. Avaliar a efetividade dos controles de segurança da informação, incluindo

- gestão de acessos, backup, proteção contra ameaças e políticas internas.
- iv. Analisar a gestão da infraestrutura, incluindo disponibilidade, capacidade, redundância e continuidade dos serviços essenciais.
- v. Examinar a conformidade das contratações de TI com legislação aplicável (IN 01/2019 SEGES, Lei 14.133/2021, e normativos internos).
- vi. Verificar a gestão e manutenção dos sistemas institucionais, incluindo procedimentos de atualização, registro de mudanças e incidentes.
- Local: Reitoria e Campi.
- Recursos Humanos: **400 horas**.
- Cronograma: agosto a dezembro/2026.
- Análise sumária do risco: considerando a dependência crítica da TI para as atividades finalísticas e a possibilidade de impacto direto na continuidade dos serviços e na integridade das informações, bem como a ausência de controles robustos em TI, se avalia riscos relevantes para o IF Baiano, tais como:
 - ✓ Riscos Estratégicos: Alinhamento insuficiente entre a TI e os objetivos institucionais, comprometendo a execução do PDI e de políticas educacionais. Inadequação do planejamento de TI, resultando em investimentos ineficientes.
 - ✓ Riscos Operacionais: Indisponibilidade de sistemas e serviços essenciais, impactando ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas. Falhas de infraestrutura, como ausência de redundância de link, baixa cobertura Wi-Fi, obsolescência de equipamentos e incidentes recorrentes. Gestão de contratos falha, ocasionando entregas insuficientes, sobrepreço, riscos de responsabilização e baixa relação custo-benefício.
 - ✓ Riscos de Segurança da Informação: Vazamento ou perda de dados institucionais, decorrente de fragilidades em acessos, backups e políticas de segurança. Ameaças cibernéticas, como ataques de ransomware, sem mecanismos adequados de prevenção e resposta. Descumprimento da LGPD, gerando risco jurídico e reputacional.
 - ✓ Riscos de Governança: Falta de indicadores de desempenho, dificultando o monitoramento. Comunicação e integração insuficientes entre DGTI e campi.

2.6.5 PARECER PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

O parecer de auditoria sobre a prestação de contas anual do IF BAIANO é um documento que expressa a opinião da Auditoria Interna sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos da instituição. Deve ser elaborado de acordo com a Instrução Normativa CGU nº 05/2021 e abordar os seguintes aspectos:

- i. Aderência da prestação de contas aos normativos;
- ii. Conformidade legal dos atos administrativos;
- iii. Processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;
- iv. Atingimento dos objetivos operacionais.

O parecer deve conter ainda uma descrição dos trabalhos executados pela AUDIN, incluindo o planejamento, a execução dos procedimentos e a avaliação das práticas. Deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- i. O objetivo e a extensão dos trabalhos;
 - ii. A metodologia adotada;
 - iii. Os principais procedimentos de auditoria aplicados;
 - iv. Eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
- Objetivos: Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade.
 - Origem da demanda: Diversos.
 - Local: Reitoria.
 - Recursos Humanos: **200 horas**.
 - Período de Execução: outubro a dezembro/2026, a depender da gestão do IF baiano disponibilizar documentos.
 - Análise sumária do risco: erros na folha de pagamentos, valores pagos indevidos, demais situações.

2.6 OUTRAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA

Ademais, seguem apresentadas as ações que são próprias da gestão da AUDIN, além das que seguem normativos internos e externos relacionados a sua atuação.

2.7.1 MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E DA AUDITORIA INTERNA

O monitoramento tem por objetivo verificar se as medidas implementadas pela unidade auditada estão de acordo com as recomendações emitidas pela AUDIN, e se aquelas medidas foram suficientes para solucionar a situação apontada como inadequada frente aos critérios adotados. Previsto na Instrução Normativa da CGU nº 09, de 09 de novembro de 2018, o artigo 14 determina que a AUDIN deve comunicar informações sobre o desempenho da atividade, obtendo, preferencialmente em forma eletrônica, as justificativas dos gestores para cada recomendação não implementada ou implementada parcialmente, com indicação de prazo para sua efetivação. No âmbito do IF Baiano, se observa o disposto na Instrução Normativa 2/2019 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 12 de fevereiro de 2019, e no Regimento Interno da AUDIN.

- Escopo: Realização de monitoramento da implementação das recomendações da CGU, Auditoria Interna e recomendações e/ou determinações do TCU.
- Origem da demanda: Auditoria Interna.
- Objetivos: Monitorar e acompanhar a efetiva implementação das recomendações da Controladoria Geral da União, da Auditoria Interna e recomendações ou determinações do Tribunal de Contas da União.
- Local: Reitoria e Campi.

- Recursos Humanos: **250 horas**, divididas em **180 horas para monitoramento** das recomendações AUDIN e **70 horas** para monitoramento das recomendações de órgãos externos.
- Cronograma: atualização 2025 entre janeiro março/2026, atualização semestral entre julho a agosto/2026, reporte final em dezembro/2026.
- Análise sumária do risco: Ausência de implantação das recomendações exaradas pelos órgãos de controle interno e externo; dificuldades operacionais e deficiências no atendimento das recomendações e determinações.

2.7.2 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ E ATUALIZAR O MODELO DE MATURIDADE DE AUDITORIA INTERNA (IA-CM)

O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, aprovado pela IN SFC nº 3/2017, em consonância com a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do Instituto dos Auditores Internos (IIA), estabelece que as UAIG devem instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) que contemple toda a atividade de auditoria interna governamental, desde o seu gerenciamento até o monitoramento das recomendações emitidas. Assim, o desenvolvimento do PGMQ tem como objetivo promover uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas.

Para cumprir a finalidade, a iniciativa deve contemplar avaliações internas e externas, orientadas a avaliar a qualidade dos trabalhos e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna governamental.

- Escopo: executar procedimentos e ações com vistas a aferir, internamente ou junto às partes interessadas, a qualidade dos trabalhos realizados pela UAIG. Prestar informações quanto a qualidade dos serviços prestados.
- Objetivos: promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna governamental.
- Origem da demanda: AUDIN.
- Local: AUDIN.
- Recursos Humanos: **200 horas**.
- Período de Execução: janeiro a maio/2026, a depender da disponibilidade do CONSUP em atender as demandas da AUDIN.
- Análise sumária do risco: Riscos de não atendimento às exigências de apresentação.

2.7.3 ELABORAÇÃO DO RAIMT 2025

Para o fortalecimento da gestão e racionalização das ações de controle, bem como de apoio aos órgãos do SCI do Poder Executivo Federal, a AUDIN desenvolveu

ao longo do exercício de 2025 atividades delineadas no PAINT. Essas ações serão reportadas através da Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN T 2025.

A elaboração do RAIN T, atende a previsão do Decreto nº 3.591/00, da Lei 10.180/01, e ao que determina o Capítulo III da Instrução Normativa CGU/SFC nº 05, de 27 de agosto de 2021.

- Objetivos: Elaborar RAIN T, referentes às atividades AUDIN em 2025.
- Local: AUDIN
- Recursos Humanos: **250 horas**.
- Execução: janeiro a abril de 2026.
- Análise sumária do risco: Riscos de não atendimento às exigências de apresentação.

2.7.4 ELABORAÇÃO DO PAINT 2027

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), documento previsto na [IN CGU nº 05](#) de 05/08/2021, é um instrumento de planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal. Deve ser elaborado com a finalidade de definir os trabalhos de auditoria que são prioritários para serem realizados no período objeto do plano. A AUDIN, objetivando agregar valor à gestão e atender à legislação vigente do SCI, apresentará o seu PAINT para o ano de exercício 2027 até novembro de 2026, devendo estar aprovado antes do início das atividades previstas.

- Objetivos: Elaborar o PAINT, com as ações executadas para 2027.
- Origem da demanda: AUDIN
- Local: AUDIN
- Recursos Humanos: **200 horas**.
- Execução: Meses de outubro de 2026 a fevereiro de 2027.
- Análise sumária do risco: Não atendimento às exigências de apresentação.

2.7.5 ELABORAÇÃO DE PAPEIS DE TRABALHO DA AUDIN

A AUDIN revisa papéis de trabalhos que norteiam sua atuação e que utiliza em suas auditorias. Se pretende revisar o Regimento Interno da AUDIN em 2026, além de atualizar questões que envolvam o IA-CM e PGMQ, resultando em novos papéis de trabalho e normativos relacionados a sua atuação.

- Objetivos:
 - Avaliar necessidades de atualização de normativos e demais documentos utilizados para nortear os trabalhos da AUDIN;
 - Levantar fluxos de processos ainda não formalizados;
 - Inserir modelos de documentos da AUDIN no SUAP;
 - Organizar página eletrônica da AUDIN
 - Gestão de riscos da AUDIN;
 - Outros assuntos relacionados.
- Origem da demanda: AUDIN
- Local: AUDIN

- Recursos Humanos: **100 horas.**
 - Execução: Ocorrem durante o ano, a medida que forem necessários. Provavel entre janeiro a abril/2026.
 - Análise sumária do risco: Riscos de não atendimento às exigências legais da AUDIN.

2.8 AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO

As ações de caráter contínuo são um tipo de auditoria que produz resultados simultaneamente ou em um pequeno período de tempo após a ocorrência de um evento relevante. Fornecem um conjunto de evidências e indicadores de auditoria gerados de forma frequente e/ou automática, baseados em sistemas, processos e transações. Tipo de auditoria que avalia os controles e os riscos automaticamente em bases contínuas, de forma a identificar exceções e anomalias, tendências e indicadores de riscos.

Ressaltamos que devido as limitações da equipe da AUDIN, as previsões de ações de caráter contínuo seguirá conforme disponibilidade de homem/hora. A Equipe estará focada nas ações planejadas e definidas, bem como as de caráter legal, normativas e demandas internas da própria AUDIN.

2.8.1 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

Como componente essencial da Governança e do ambiente de controle (COSO), a gestão de riscos é um processo que deve ser avaliado quanto à sua adequação, suficiência e eficácia da sua estrutura e cabe à Auditoria Interna emitir recomendação para o aprimoramento desse processo. Tratando-se então da necessidade e importância do processo de gerenciamento de riscos no setor público, mais especificamente no caso do IF Baiano, entende-se que esse processo deve ser planejado, estruturado e sistematizado tendo como base os seus objetivos e a sua missão, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025 (PDI).

- Objetivos: avaliar se a política de gerenciamento de riscos está sendo implementada e em que nível de maturidade se encontra, com a finalidade de que sejam emitidas recomendações em relação a aperfeiçoamentos no processo de gerenciamento de riscos, dessa forma, agregando valor ao processo de governança institucional; prestar serviços de consultoria quando possíveis e demandados.
- Origem da demanda: Diversos
- Local: Reitoria e Campi.
- Recursos Humanos: **250 horas.**
- Período de Execução: se preve sua realização entre os meses de setembro a novembro de 2026.
- Análise sumária do risco: Política de gerenciamento de riscos não implementada ou de grau de maturidade insuficiente.

2.8.2 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pelas questões envolvendo os servidores e sua vida profissional no IF Baiano. Diante da importância estratégica que o setor representa, o alto volume de transações que executa, o momento de transformações que vem ocorrendo, o período transcorrido desde o último trabalho de auditoria nessa área, e a conexão de trabalhos como suporte a outras ações de auditoria futuras, se planeja executar avaliações que permitam um panorama mais aprofundado.

Por oportuno, cumpre esclarecer quanto à avaliação das ações de Gestão de Pessoas que embora a mesma conste da matriz de risco deste PAINT, as ações pretendidas não se confundem com os trabalhos que a Controladoria Geral da União – Regional Bahia e o Tribunal de Contas da União constantemente estão desenvolvendo no IF Baiano, com auditorias nessa área.

As ações de avaliação de Auditoria na área de gestão de pessoas é uma análise sob os aspectos dos controles internos que o setor possui e a gestão dos riscos que enfrenta, bem como a qualidade e serviço prestados, fluxos de seus trabalhos, e demais questões, a fim de prevenir e ou evitar situações que possam impactar significativamente.

Ressalta-se que a DGP vem desenvolvendo o aperfeiçoamento de procedimentos, com alguns fluxos de processo já estabelecidos e formalmente divulgados, ainda que careçam de amadurecimento em alguns pontos. O uso de sistemas reduziu expressivamente o número de processos físicos, dando maior agilidade às equipes. Entretanto, esse cenário indica a necessidade de um olhar da AUDIN para avaliar os controles e a gestão de riscos do setor, podendo inclusive abrir caminhos para outros trabalhos, a exemplo de consultorias.

- Objetivos: avaliar os processos e controles, identificando situações adversas ou que necessitam de melhorias.
- Origem da demanda: Diversos
- Local: Reitoria e Campi.
- Recursos Humanos: **200 horas**.
- Período de Execução: se preve sua realização entre os meses de maio agosto de 2026.
- Análise sumária do risco: erros na folha de pagamentos, valores pagos indevidos, demais situações.

2.9 RESERVA TÉCNICA

As demandas extraordinárias serão tratadas e atendidas, levando em consideração critérios como, por exemplo: disponibilidade de horas técnicas, planejamento dos trabalhos, acesso a sistemas de informações ou quaisquer outros motivos que possam impactar a condução e andamento dos trabalhos anteriormente planejados. Em caso de denúncia, se for encaminhada diretamente à Auditoria Interna, será realizado o juízo de admissibilidade e, se for o caso, encaminhará para a área responsável.

No que se refere às Ações de Consultoria, a AUDIN, com o intuito de cumprir sua missão, reserva parte de suas horas técnicas para auxiliar a gestão na busca de

soluções às questões institucionais. Dessa forma, tal ação possui natureza consultiva, abrangendo a atividade de pesquisa e interpretação de normas que, porventura, suscitaram dúvidas. Com o propósito de atender às referidas demandas extraordinárias, a AUDIN planejou parte das horas para a ação denominada “Reserva Técnica”, de acordo com a quantidade de homem-hora disponível para 2026, subtraídas as horas destinadas às demais ações.

- Objetivos:
 - Disponibilizar horas técnicas para consultoria da gestão, dentro das limitações da AUDIN.
 - Avaliação e encaminhamentos de denúncias.
 - Gestão de riscos da AUDIN.
 - Demais que forem necessários.
- Origem da demanda: AUDIN
- Local: AUDIN
- Recursos Humanos: **310 horas**.
- Execução: Diante da incerteza de quando podem ocorrer, se preve sua realização entre os meses de fevereiro a novembro de 2026.
- Análise sumária do risco: Riscos de não atendimento às exigências legais da AUDIN.

2.10 OUTROS DIVERSOS

Essa categoria é utilizada excepcionalmente, não se aplicando à distribuição de horas no PAINT em questão. Caso surjam ações que demandem horas nesse sentido, recomenda-se reavaliar o PAINT 2026 para realocar em outras ações e demais estratégias cabíveis.

3 METODOLOGIA DE TRABALHO

De acordo com a área a ser examinada, serão utilizadas as seguintes técnicas: avaliação física, conciliações, exame de registros, análise documental, conferência de cálculos, entrevistas e corte de operações.

O processo de auditoria se inicia com ofício de apresentação de início dos trabalhos de auditoria e emissão de pedido de informações, em atenção a cada ação de auditoria prevista no PAINT, que pode prever avaliações *in loco*. Disponibilizadas as documentações e informações, a equipe de auditoria ou auditor (a) designado passa a realizar análises, verificações e exames.

No decorrer dos exames a equipe de auditoria poderá solicitar novas informações com a finalidade de subsidiar a avaliação de um determinado assunto. Após o processo de análises, exames e avaliações, será emitido Relatório Preliminar de Auditoria, onde constarão os resultados dessas análises, considerando sempre um critério definido em Lei ou na economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e atividades governamentais, e recomendações.

Após a emissão do Relatório Preliminar de Auditoria, será concedido prazo para manifestação do Gestor ou responsável pela Unidade avaliada. Esta será utilizada como base para a Reunião de Busca Conjunta de Soluções - RBCS, na qual se busca alinhar as ações a serem tomadas com os setores envolvidos, estabelecendo prazos e meios necessários para uma solução viável.

Com base nas manifestações apresentadas pelo Gestor diante dos pontos apresentados no Relatório Preliminar e nas decisões tomadas na busca conjunta de soluções, será elaborado Relatório Final de Auditoria, onde serão emitidas recomendações finais. Após confirmação do auditado quanto a informações sigilosas, o relatório para a ser publicado no site oficial do IF Baiano.

As recomendações pendentes de atendimento serão objeto de registro no documento Plano de Providências, no qual será estabelecido pela gestão prazo para atendimento. A realização de RBCS poderá ser utilizada como instrumento de identificação de soluções. Nas questões para as quais não sejam obtidas soluções de consenso, será mantida, no Plano de Providências, a recomendação com a posição da Auditoria Interna. Serão consideradas como atendidas as questões em que sejam obtidas soluções de consenso, desde que comprovadas às ações de atendimento das medidas recomendadas.

4 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

As ações para capacitação deverão ser contempladas com no mínimo 40 horas para cada auditor interno governamental, incluindo o responsável pela UAIG, conforme art. 4º, II, § 2 da [IN CGU nº 05 SFCI/CGU](#).

Entre as ações pretendidas, a AUDIN do IF baiano tem tido uma forte representação junto a União Nacional do Auditores do MEC (UNAMEC), onde os membros da equipe fazem parte desde 2018 como associados, inclusive com membro ocupando cargo de conselheiro fiscal na atual gestão, sempre de forma voluntária, sem remuneração, e com objetivo de fortalecer a atuação profissional da Auditoria. A UNAMEC organiza anualmente o Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno, estando com 7 edições realizadas e já sendo consagrado como um dos principais calendários para as Auditorias Governamentais. A participação da AUDIN nesses eventos proporcionam aproximação com representantes da CGU, MEC, TCU, entre os demais órgão de controle relacionados, além de diálogos importantes com colegas atuantes em AUDINs de outras Instituições Federais de Ensino. São ainda discutidas questões fundamentais para acompanhar o cenário de atuação da UAIGs e as tendências em construção. Os resultados desses encontros são sempre relevantes, e a participação na equipe AUDIN na edição de 2026 deverá dar continuidade a esses diálogos.

Ademais, a AUDIN está sempre buscando capacitar seus auditores em cursos gratuitos, fornecidos pela ENAP e outras instituições de referencia na capacitação pública. Há ainda intenção de se buscar cursos presenciais, a depender a disponibilidade orçamentária.

A relação abaixo indica as necessidades de aprimoramento dos servidores da AUDIN. Serão priorizadas capacitações nas seguintes áreas, nesta ordem, conforme a oferta de cursos:

Quadro 15: Ações de capacitação previstas para 2026

Ação	Cronograma	Nº horas dos Recursos Humanos
Congresso Brasileiro de Auditoria Int. – COBACI	Provael Agosto/2026	2 servidores – 32 horas cada, 64 horas totais.
Cursos realcioandos a AUDIN	Conforme a oferta	16 horas
TOTAL		80 horas

FONTE: Estimativa AUDIN

5 CONCLUSÃO

É importante salientar que o PAINT IF Baiano 20026 foi elaborado com base no risco. Dessa forma, pretende-se entregar avaliações contribuam com relevância para os gestores e suas tomadas de decisões, bem como para dar transparência a sociedade sobre a atuação do IF Baiano.

A AUDIN consolida, com a elaboração do PAINT, o desenvolvimento das suas atividades para o exercício de 2026, potencializando benefícios à instituição, como: melhoria da regular aplicação dos recursos públicos, fortalecimento da gestão, a promoção do conhecimento e melhoria da qualidade dos processos institucionais.

Salvador, 28 de novembro de 2026.

Assinado eletronicamente

Joao Vitor Miranda de Menezes

Coordenador da Auditoria Interna Instituto Federal Baiano

De acordo,

Aprovo o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2026, conforme disposto na IN CGU nº 05/2021.

Aécio José Araújo Passos Duarte

Presidente do Conselho Superior Instituto Federal Baiano

ANEXO I

RELAÇÃO DE CURSOS OFERTADOS POR CAMPUS

Documento Digitalizado Público

PAINT 2026

Assunto: PAINT 2026
Assinado por: Vitor Menezes
Tipo do Documento: Plano
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Joao Vitor Miranda de Menezes, CHEFE - FG1 - OA-AUDIN**, em 04/12/2025 11:44:07.

Este documento foi armazenado no SUAP em 04/12/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1213698

Código de Autenticação: 2afc25897d

